

TCE-PE é admitido como afiliado da OLACEFS

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco tornou-se membro da OLACEFS (Organização Latino-americana e do Caribe das Entidades Fiscalizadoras Superiores). O seu ingresso nesta entidade internacional ocorreu em novembro de 2000 durante a X assembléia geral, que se realizou em Brasília, com a presença da presidenta Carmen Higaonna e da secretária-geral Pilar Burgos Goicochea. O vice-presidente, Roldão Joaquim dos Santos, foi quem representou o TCE na sessão plenária administrativa junto com o assessor técnico da Coordenadoria de Controle Externo, Williams Brandão de Farias. O ministro do Tribunal de Contas da União, Waldir Campelo, cumprimentou o TCE pernambucano pelo seu êxito.

A partir de agora, o Tribunal de Contas pernambucano integrará um fórum internacional que debate questões relativas a métodos e procedimentos para aprimorar as atividades de controle. No encontro também ficou decidido que a ATRICON (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) fará parte da entidade como observador permanente.

O Conselho diretivo da OLACEFS reuniu-se no dia 19 de outubro e aprovou a admissão do TCE-PE, que foi referendada na assembléia plenária administrativa de encerramento do encontro em Brasília, entre os dias 20 e 24. Os critérios analisados foram os dados do último orçamento, a Lei Orgânica, a declaração de conhecimento e submissão aos objetivos e princípios da entidade e um documento de opinião favorável do Tribunal de Contas da União. Além disso, foram analisadas cartas de entidades de reconhecida capacidade técnica recomendando a filiação do TCE, entre elas o Instituto Rui Barbosa, a ATRICON e os Tribunais de Contas do Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe.

O assessor técnico, Williams Brandão, afirmou que o Conselho também levou em conta a experiência que o TCE-PE tem no controle das finanças públicas, e lembrou que, a partir de agora, os técnicos da Casa terão acesso aos cursos oferecidos pela OLACEFS e poderão trocar experiências sobre auditoria pública. Ele garante que na reunião anual de 2001, que será no Panamá, o TCE já participará de maneira ativa, apresentando material técnico para os anais da assembléia.

O QUE É A OLACEFS – Foi instituída em 1989 em decorrência da conversão do ILACIF (Instituto Latino Americano e Ciências Fiscalizadoras), que funcionava desde 1965. Sob o ponto de vista jurídico, é um organismo internacional autônomo, independente e apolítico, de caráter permanente, que cumpre funções de investigação científica especializada, assessoria e assistência técnica, informação e coordenação. A entidade está a serviço das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) da América Latina e do Caribe, sendo que as suas ações têm como objetivo fomentar o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das instituições afiliadas.

A OLACEFS tem a sua sede hoje na cidade de Lima, capital do Peru. A atual diretoria, eleita para o período 1997-2002, é presidida pelo controlador-geral do Peru, Víctor Lay.

OS COMITÊS – Atualmente, a OLACEFS mantém oito comitês (grupos permanentes de trabalho), assim distribuídos:

- a) Comitê de Normas de Auditoria;
- b) Comitê de Normas de Contabilidade;
- c) Comitê de Normas de Controle Interno;
- d) Comitê de Dívida Pública;
- e) Comitê de Auditoria de Processamento Eletrônico de Dados;
- f) Grupo de Trabalho sobre Privatização;
- g) Grupo de Trabalho sobre Auditoria de Meio Ambiente;
- h) Grupo de Trabalho sobre Avaliação de Programas;

MEMBROS AFILIADOS – Através do Tribunal de Contas da União, o Brasil sempre atuou junto à OLACEFS, que hoje se comporta como centro de informação, capacitação, coordenação e assessoria mútua entre entidades fiscalizadoras. O atual presidente do TCU, ministro Iran Saraiva, participa da OLACEFS como membro efetivo do Conselho Diretivo. Além do TCU, o Brasil é representado ainda na Organização pelos Tribunais de Contas de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, na condição de membros afiliados.

AS VANTAGENS – De acordo com o regulamento da entidade, ser membro da OLACEFS proporciona as seguintes vantagens às entidades afiliadas:

- a) Acesso a artigos técnicos-científicos;
- b) Participação em discussão de temas atuais com várias entidades de fiscalização de nacionalidades diferentes;
- c) Participação em seminários, congressos, cursos e treinamentos de nível internacional realizados em diversos países ibero-americanos;
- d) Participação em concursos de monografias;
- e) Intercâmbio para troca de experiência técnica;
- f) Estudos aprofundados em áreas de auditoria contábil, financeira, fiscal, de informática, ambiental e de obras.